



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Aos 27 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, no Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

10h30 – Audição do **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República

14h30 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação das **atas n.º 114 e 115** referentes às reuniões dos dias 20 e 21 de abril.

2. Apreciação e votação na especialidade dos:

Projeto de Lei N.º 396/XIV/1.ª (PEV) – “Reforça a transparência nos contratos de adesão (Altera o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)”; e

Projeto de Lei N.º 532/XIV/2.ª (BE) – “Procede ao reforço da transparência e dos efeitos da proibição de cláusulas gerais nos contratos de adesão (4.ª alteração ao Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais)”.

3. Fixação da redação final da **Proposta de Lei N.º 74/XIV/2.ª (GOV)** – “Autoriza o Governo a estabelecer as normas que asseguram a execução do Regulamento (UE) 2017/2394, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores”.

4. Fixação da redação final da reapreciação do **Decreto da Assembleia da República n.º 95/XIV** – “Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro”.

5. Apreciação e votação do **parecer** referente ao relatório “Portugal na União Europeia – 2020”.

6. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 802/XIV/2.ª (PAN)** – “Limita a publicidade a carnes processadas que se revelem prejudiciais à saúde, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro”.

7. Baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, em conexão com a 4.ª (CAE), **6.ª (CEIOPH)** e 10.ª (CTSS) Comissões o **Projeto de Resolução n.º 1217/XIV/2.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos e um Programa de Medidas Sociais”.

8. Apreciação e votação do relatório da **Petição n.º 197/XIV/2ª** – “Pela alteração do art. 50.º-A do Código da Estrada”.

9. Apreciação e votação do relatório da **Petição n.º 612/XIII/4ª** – “Contra o fim da atual linha amarela do Metro de Lisboa”.

10. Outros Assuntos.

10h30 – Audição do **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** ao abrigo do artigo 104.º, n.º 5, do Regimento da Assembleia da República

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, deu as boas vindas aos Senhores Deputados, ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros,



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Augusto Santos Silva, e ao Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brillhante Dias, e de imediato deu a palavra ao Senhor Ministro para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Neves e Duarte Marques (PSD), Carlos Pereira e Lara Martinho (PS), Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP) tendo o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e o Senhor Secretário de Estado da Internacionalização respondido, individualmente, às questões colocadas.

Na segunda e última ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Isabel Lopes (PSD), Cristina Mendes da Silva (PS), Isabel Pires (BE), Bruno Dias (PCP), Paulo Neves (PSD), Lara Martinho (PS) e Duarte Marques (PSD) tendo o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e o Senhor Secretário de Estado da Internacionalização respondido a final.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante da presente ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

14h30 – Reunião Ordinária

1. Apreciação e votação das **atas n.º 114 e 115** referentes às reuniões dos dias 20 e 21 de abril.

Iniciada a segunda parte da reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação as atas n.os 114 e 115/XIV/2.ª, relativas às reuniões de 20 e 21 de abril de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PAN.

2. Apreciação e votação na especialidade dos:



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Projeto de Lei N.º 396/XIV/1.ª (PEV) – “Reforça a transparência nos contratos de adesão (Altera o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro)”; e

Projeto de Lei N.º 532/XIV/2.ª (BE) – “Procede ao reforço da transparência e dos efeitos da proibição de cláusulas gerais nos contratos de adesão (4.ª alteração ao Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais)”.

De seguida, deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo o Senhor Vice-Presidente da Comissão submetido as iniciativas acima melhor identificadas a apreciação e votação, as quais constam do Relatório de Votações, respetivamente, que pode ser consultado nas páginas das referidas [iniciativas na Internet](#) e que faz parte integrante desta ata.

3. Fixação da redação final da **Proposta de Lei N.º 74/XIV/2.ª (GOV)** – “Autoriza o Governo a estabelecer as normas que asseguram a execução do Regulamento (UE) 2017/2394, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores”.

Foi fixada a redação final, referente à Proposta de Lei N.º 74/XIV/2.ª (GOV) – “Autoriza o Governo a estabelecer as normas que asseguram a execução do Regulamento (UE) 2017/2394, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de proteção dos consumidores”, sem votos contra.

4. Fixação da redação final da reapreciação do **Decreto da Assembleia da República n.º 95/XIV** – “Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro”.

Foi fixada a redação final, referente à reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 95/XIV – “Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro”, sem votos contra.

5. Apreciação e votação do **parecer** referente ao relatório “Portugal na União Europeia – 2020”.

A Senhora Deputada Isabel Lopes (PSD), apresentou, nos seus termos, o Parecer que, na qualidade de Relator, elaborara sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2020”. O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) solicitou a palavra para agradecer o Parecer elaborado pela Senhora Deputada Relator.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão colocou o Parecer referente ao relatório “Portugal na União Europeia – 2020”, à votação, que foi aprovado com os votos a favor do PS, do PSD e do PEV, com os votos contra do PCP e com a abstenção do BE, registando-se a ausência do CDS-PP e do PAN.

6. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 802/XIV/2.ª (PAN)** – “Limita a publicidade a carnes processadas que se revelem prejudiciais à saúde, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro”.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão deu conta que baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 802/XIV/2.ª (PAN) – “Limita a publicidade a carnes processadas que se revelem prejudiciais à saúde, procedendo à décima quinta alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro”, os Senhores Deputados dialogado e definiram solicitar a redistribuição da iniciativa legislativa à Comissão de Agricultura e Mar, por considerarem ser a mais competente para apreciar a matéria, suscitando a conexão à CEIOPH.

7. Baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, em conexão com a 4.ª (CAE), 6.ª (CEIOPH) e 10.ª (CTSS) Comissões o **Projeto de Resolução n.º 1217/XIV/2.ª (PSD)** – “Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos e um Programa de Medidas Sociais”.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Vice-Presidente, igualmente, informou que baixou à Comissão em conexão a iniciativa supramencionada.

8. Apreciação e votação do relatório da **Petição n.º 197/XIV/2ª** – “Pela alteração do art. 50.º-A do Código da Estrada”.

O Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV), apresentou, nos seus termos, o relatório final que, na qualidade de Relator, elaborara sobre a Petição n.º 197/XIV/2ª – “Pela alteração do art. 50.º-A do Código da Estrada”.

De imediato, o Senhor Vice-Presidente colocou o relatório final da Petição n.º 197/XIV/2ª – “Pela alteração do art. 50.º-A do Código da Estrada” à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PAN.

9. Apreciação e votação do relatório da **Petição n.º 612/XIII/4ª** – “Contra o fim da atual linha amarela do Metro de Lisboa”.

Este ponto foi adiado a pedido do GP PSD para a próxima reunião.

10. Outros Assuntos.

De seguida, deu-se entrada no ponto Outros Assuntos da ordem do dia, tendo o Senhor Vice-Presidente da Comissão fixado a redação final, referente ao Projeto de Resolução N.º 1124/XIV/2ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”, sem votos contra.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão deu conta que baixou à Comissão o Projeto de Lei N.º 782/XIV/2ª (PSD) – “Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente”, cabendo ao GP PS a nomeação de Deputado Relator. De imediato, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) anunciou a Senhora Deputada Lara Martinho (PS) como Relator da iniciativa.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Vice-Presidente, igualmente, informou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

- Projeto de Resolução N.º 1223/XIV/2ª (CDS-PP) – “Por uma visão estratégica para o país orientada para as pessoas e as empresas: recuperar a economia e o emprego e responder à emergência social”;
- Projeto de Resolução N.º 1226/XIV/2ª (PS) – “Recomenda ao Governo a monitorização da resposta económica e social ao Ecosistema do Vestuário, Têxtil, Calçado e Moda no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal e do Plano da Reindustrialização Europeia”.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão colocou à consideração a metodologia a aplicar em Comissão aos Projetos de Resolução em fase de especialidade, após ouvir os GP, foi deliberado, que em caso de baixa à Comissão de Projetos de Resolução apresentados por diferentes GP, mas com identidade de objeto, a votação dos mesmos deverá ser feita da seguinte forma:

1. Todos os Projetos de Resolução que tenham objeto idêntico e que estejam agendados para votação na especialidade em Comissão deverão ser enviados aos GP proponentes, os quais procurarão consensualizar num texto único o vertido nos diferentes Projetos de Resolução.
2. Na eventualidade de não ser possível apresentar um texto único, à discussão e votação dos Projetos de Resolução deverão ser aplicadas as regras do processo legislativo comum, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), sendo a votação realizada nos termos previstos nos artigos 152.º a 154.º do RAR.

O Senhor Vice-Presidente deu conta que estão pendentes na Comissão, na fase de especialidade, os seguintes PJR da 1.ª Sessão Legislativa:

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

1	60/XIV/1 (PSD)	Recomenda ao Governo que faça cumprir as obrigações do Estado e dos seus organismos, garantindo uma circulação segura da população local e de todos os que utilizam a EN-225
2	72/XIV/1 (BE)	Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da Estrada Nacional 225
3	121/XIV/1 (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225
4	133/XIV/1 (PEV)	Pela urgente requalificação da Estrada Nacional 225
5	236/XIV/1 (PCP)	Recomenda ao Governo a requalificação urgente da Estrada Nacional 225

Igualmente, informou que estão pendentes na Comissão, na fase de especialidade, os seguintes PJR da 2.ª Sessão Legislativa:

1	714/XIV/2 (PSD)	Recomenda ao Governo que apresente à Assembleia da República relatórios trimestrais sobre a negociação e execução dos fundos europeus atribuídos a Portugal ao abrigo do programa next generation e do quadro financeiro plurianual 2021-2027 e a respectiva implementação do plano de recuperação económica Portugal 2020-2030
2	729/XIV/2 (PS)	Recomenda ao Governo um conjunto de medidas para utilização mais eficaz e eficiente dos fundos da União Europeia, nomeadamente no âmbito da Política de Coesão, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum e do Plano de Recuperação da União Europeia
3	748/XIV/2 (PSD)	Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma plataforma pública demonstrando, de forma transparente, acessível e territorializada, a alocação dos fundos europeus atribuídos a

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

		Portugal através do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Fundo de Recuperação próxima geração UE
4	822/XIV/2 (BE)	Pela requalificação de toda a linha do Douro (Ermesinde – Barca de Alva e subsequente ligação a Salamanca)
5	834/XIV/2 (PAN)	Requalificação e funcionamento da Linha do Douro (Ermesinde - Barca d’Alva) e subsequente ligação a Salamanca
6	843/XIV/2 (PSD)	Recomenda ao Governo que promova a modernização e eletrificação da linha do Douro até Barca d’Alva e a reposição da sua conexão com a rede ferroviária espanhola
7	847/XIV/2 (PCP)	Pela requalificação e reabertura da Linha do Douro até Barca d’Alva e restabelecimento da ligação ferroviária internacional
8	949/XIV/2 (CDS-PP)	Adaptação das regras de acesso à medida APOIAR para empresas que continuam a trabalhar
9	970/XIV/2 (PAN)	Recomenda ao Governo que proceda à alteração das regras dos programas “Apoiar + simples” e “Apoiar rendas
10	986/XIV/2 (PEV)	Em defesa da linha do Douro e pela reativação dos ramais
11	1039/XIV/2 (PCP)	Pela revisão do regime de funcionamento de atividades económicas de bens e serviços no contexto do combate à epidemia de COVID-19
12	1041/XIV/2 (PCP)	Estabelece a rede de contacto e apoio a microempresários e a empresários em nome individual para acesso às medidas de resposta à epidemia por COVID 19
13	1051/XIV/2 (PEV)	Recomenda ao Governo que alargue o Programa Apoiar às empresas e aos empresários em nome individual que ficaram excluídos das medidas desse programa

Os GP dialogaram tendo sido acordado agendar para a próxima reunião ordinária os PJR referentes à EN225, com a possibilidade de os proponentes realizarem um esforço na consensualização de um texto conjunto. Acerca dos restantes PJR ocorrerá o seu agendamento, de forma sucessiva, nas posteriores reuniões ordinárias.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Vice-Presidente deu conta dos agendamentos previstos em Comissão, recordou as audições regimentais já agendadas, e enunciou a calendarização das audições para os dias 4, 11 e 13 de maio, definidas no requerimento aprovado e apresentado pelo BE para “audição, com carácter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018”. Em face de realização de reunião plenária, no dia 18 de maio, os GP acordaram em promover a audição ao Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, no dia 25 de maio, pelas 10h30. Igualmente, o Senhor Vice-Presidente fez notar da indisponibilidade do Prof. Dr. Vital Moreira em reunir nas datas propostas pela Comissão, nesse sentido solicitou os préstimos do GP CDS-PP, proponente do requerimento, para conciliar uma data. Finalmente, deu conta que o Grupo de Trabalho - P JL Garantia e Durabilidade Bens de Consumo tem previsto reunir no dia 4 de maio, pelas 14h30.

A reunião foi encerrada às 15:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Jamila Madeira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Pedro Coimbra (PS)
Ricardo Leão (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Cristóvão Norte (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
Inês De Sousa Real (PAN)
José Luís Ferreira (PEV)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Filipe Pacheco (PS)
Lara Martinho (PS)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Pedro Pinto (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
Filipa Roseta (PSD)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 116/XIV/ 2.^a SL

João Pinho De Almeida (CDS-PP)